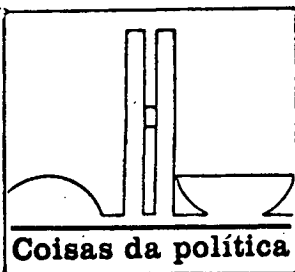


A opção pela classe média

José Negreiros

ANTES de comprovar popularidade, o elevado índice de aprovação que as pesquisas creditam ao governo do Presidente José Sarney atestam, em primeiro lugar, que ele dispõe de uma estratégia competente, coisa que faltava a



Coisas da política

João Figueiredo, apesar de general. Sabe-se que o problema do Brasil é econômico. E esse foi o alvo que o Presidente resolveu atacar imediatamente, aproveitando que os partidos se esfumam no banquete antropofágico das próximas eleições. Enquanto Sarney cuida dos interesses da população, os políticos cuidam de seu próprio interesse. Isso deve explicar muito bem por que a imagem de Sarney agrega credibilidade, na cabeceira daquela mesa majestosa no Palácio do Planalto, enquanto os políticos são flagrados em plena tentativa de fraude a um sofisticado processo de votação eletrônica.

Mais que estrategista, Sarney parece ser bom aluno de História. O regime militar foi derrubado por iniciativa da classe média, revoltada com uma desastrosa administração econômica que nos últimos três anos resolveu descontar de seu bolso a formidável conta da crise. Ora, não se conhece registro de alguém que tenha conseguido manter o poder por longo tempo governando contra as economias da classe média. Assim, é justamente fugir desse impasse o que Sarney trata de fazer, desde empossado, sempre que se defronta com dilemas de natureza econômica. Um de seus mais íntimos confidentes explica, sorrindo, que o Presidente, na verdade, tem procurado "governar a classe média" nos 120 primeiros dias de mandato. E não "governar o Brasil".

Tome-se o exemplo da tabela do imposto de renda, em torno da qual abriu-se uma azeda polêmica há 30 dias. O Ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, que, a exemplo de Delfim Netto, só consulta manuais do bom tributarista, estava absolutamente correto, do ponto de vista técnico, quando imaginou ter encontrado a melhor maneira de fazer dinheiro para tapar o gigantesco déficit de Cr\$ 100 trilhões. Bastava congelar a tabela do imposto de renda, pois com novos aumentos de salário aqueles que descontavam 10 para o leão passariam a descontar 20. Sarney, contudo, estava menos preocupado com déficit ou com boas lições de fiscalismo, e sim com a gritaria que a classe média (o alvo do leão) conseguiu produzir diante de tal ameaça. Nem pensou duas vezes. Ao contrário do que deu a entender, deixando que a campanha pela correção da tabela adquirisse um clamor público suficiente para afetar planos de governo.

Assessores econômicos do Planalto já lhe haviam demonstrado que a pirâmide de renda no Brasil é tão perversa — com pouquíssimos ricos encarapitados no topo e uma base cada vez maior de pobres — que ela se torna muito mais um instrumento político do que uma triste constatação estatística. Não seria de uma penada que um governo recém-empossado iria corrigi-la. A concentração de renda no Brasil, informada pela pirâmide, é tão perigosa, que entre aqueles assessores ganhou o apelido de "triângulo das Bermudas", para demonstrar que encerra território dentro do qual desaparece a mais refinada teoria econômica que pretenda instaurar a justiça social. Os conselheiros de Sarney querem dizer com isso que num vértice estão aqueles sem renda alguma, no outro aqueles que não querem perdê-la e por último os que, tendo adquirido alguma há pouco tempo, aferram-se desesperadamente na sua defesa.

Logo, a arte de Sarney tem sido navegar ao largo de tais conflitos, especialmente aqueles que colidem com a classe média, responsável por uma extraordinária capacidade de vocalizar politicamente suas insatisfações, sob amparo dos órgãos de comunicação, em particular a televisão, que dramatiza as reivindicações a um ponto insuportável para quem assiste os noticiários em Brasília. Apesar de sua "opção social" pelos pobres, se computarmos as decisões do Governo Sarney, é impossível fugir à constatação de que elas favorecem predominantemente a classe média. Além da tabela corrigida do imposto de renda para evitar nova mordida na renda assalariada, também a correção da prestação do BNH beneficiou os mutuários que podem escolher o pagamento semestral de 112 por cento. A gasolina só aumentou após quatro meses de congelamento, e mesmo assim abaixo dos 15 por cento recomendados pelo Ministro do Planejamento, João Sayad, interessado em fechar orçamentos à custa de aumentos de tarifas, que em sua maioria tornam mais cara a vida da classe média. A mais indefensável das medidas, porém, foi a solução dada pelo Executivo à falência do Banco Sulbrasileiro, graças a uma mobilização que sitiou o Congresso Nacional e abançou até a Praça dos Três Poderes, em frente ao Planalto.

O Presidente disse na televisão que "a metade mais pobre da população brasileira, que em 1960 detinha 4 por cento da renda nacional, tem hoje menos de 3 por cento". E que os "10 por cento mais ricos que possuíram 39 por cento da riqueza nacional, passaram a comandar 51 por cento. Os pobres, mais pobres; os ricos, mais ricos". No entanto, as três providências que ele imaginou para socorrer os pobres — um plano econômico de emergência contra a fome, com recursos de Cr\$ 15 trilhões; a reforma agrária, mero cumprimento do Estatuto da Terra; e o vale transporte — não conseguiram até hoje sair do papel. A opção de Sarney pelos pobres, na verdade é a opção pela classe média, pelo menos por enquanto.

José Negreiros é coordenador de política da sucursal do JORNAL DO BRASIL EM BRASÍLIA.